



# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA GERAL

|          |        |
|----------|--------|
| Fls: Nº  | 208    |
| Proc: Nº | 173/18 |

Barueri, 03 de maio de 2018.

### PARECER JURÍDICO

038/2018



De: Procuradoria Geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 028/2018.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre: **“AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019”.**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo que institui as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro e 2019.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - tem como principal finalidade orientar a elaboração do orçamento fiscal e de investimento do Poder Público. Com ela busca-se compatibilizar a Lei Orçamentária Anual – LOA - às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual.

De acordo com o parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, *“a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e*





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA GERAL

|          |       |
|----------|-------|
| Fis: Nº  | 209   |
| Proc: Nº | 13118 |

*estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”.*

Referido texto foi reproduzido na Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB, que no §2º, do artigo 122, dispõe que:

*Art.122 (...)*

*§2º A lei de diretrizes Orçamentárias estabelecerá metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.*

Além disso, insta registrar que a iniciativa do projeto da LDO é exclusiva do chefe do Poder Executivo, que deve encaminhar projeto à Câmara Municipal de Barueri até o dia 30 de abril de cada ano, para análise legislativa, consoante dispõe o artigo 125, §1º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Barueri – LOMB, sendo certo que tal exigência foi observada, eis que o projeto foi encaminhado à Câmara dentro do prazo legal, sendo protocolizado no dia 27 de abril do corrente ano.

Ademais, de acordo com a Lei 101, de 4, de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ***“A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita”***





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA GERAL

|          |        |
|----------|--------|
| Fis: Nº  | 210    |
| Proc: Nº | 113/19 |

*concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (Artigo 1º, da Lei 101/2000). (g.n)*

Também, infere-se que uma das funções da LDO consiste exatamente na elaboração de planejamento para definir metas e prioridades da administração, de assaz utilidade para, dentre outros aspectos, prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas.

Ainda, no tocante aos requisitos formais de formação do ato legislativo, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a LDO conterá:

*Art. 4º (...)*

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

*§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.*

Assim, em cumprimento aos requisitos estabelecidos na LRF, os Anexos referidos logo acima devem acompanhar o projeto das Diretrizes Orçamentárias.

Todavia, não é só, há outros requisitos a serem observados pela Administração, também definidos pela LRF, tal como a realização de



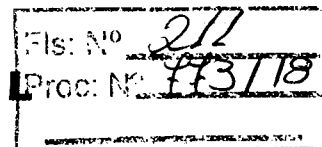


# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA GERAL



audiências públicas para concretizar a transparência da gestão fiscal, conforme enuncia o parágrafo único, do artigo 48, em seu inciso I, da LRF, que encontra-se tipificado da seguinte forma:

**Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.**

**Parágrafo único.** A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

**I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).**

Portanto, antes da colocação da presente propositura na pauta para discussão e votação, necessária prévia realização de audiência pública, para dar conhecimento geral e promover a participação popular, permitindo a transparência da gestão fiscal da Administração, especialmente das questões orçamentárias, conforme declaração da LRF.

Referido projeto, pois, atende aos requisitos legais de competência (artigo 19, inciso II e artigo 60, inciso V, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 122, inciso II e artigo 125, §1º, inciso I, ambos da LOMB; artigo 136, alínea “e”, do Regimento Interno), não havendo óbice a sua regular tramitação devendo observar o processo legislativo a seguir: /





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

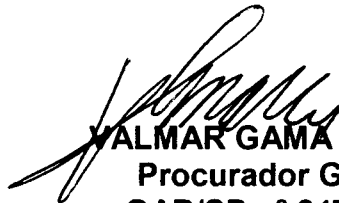
ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA GERAL

|          |       |
|----------|-------|
| Fls: N°  | 212   |
| Proc: N° | 13718 |

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação**  
(artigo 50, § 1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento** (artigo 50, § 2º, do RI e artigo 125, § 3º, inciso I, da LOMB);
- c) **Duas Discussões** (artigo 173, § 1º, alínea "a", do RI);
- d) **Quórum: maioria simples dos membros Câmara Municipal de Barueri** (artigo 184, §1º, do RI artigo 51, da LOMB);
- e) **Votação simbólica** (artigo 189, inciso I, do RI).

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria Geral.

  
**VALMAR GAMA ALVES**  
Procurador Geral  
OAB/SP nº 247.531

